

137

A CLÍNICA DA REFORMA PSIQUIÁTRICA. *Rafael Wolski de Oliveira, Raquel Hack da Rosa, Ana Maria Gageiro, Carolina Helena Becker, Leticia Domingues Zappellini, Daniela Machado Ainhoren, Simone Mainieri Paulon (orient.)* (UNISINOS).

A presente investigação se propõe a analisar os processos de desinstitucionalização da loucura requeridos pela Reforma Psiquiátrica brasileira com enfoque nas práticas clínicas desenvolvidas nos serviços substitutivos da região compreendida pela 1ª coordenadoria de saúde do Estado. O Rio Grande do Sul, desde seu pioneirismo na aprovação da lei n.º 9.716 em 1992, tem-se mostrado um importante campo de trabalho técnico, militante e investigativo na Reforma Psiquiátrica. Repercutindo assim, em avanços jurídico e político neste campo que anteciparam-se ao ritmo de desenvolvimento das práticas profissionais que instigaram sua própria criação. O que hoje se observa nos serviços substitutivos em saúde mental é uma lacuna significativa entre um funcionamento administrativo e legal próximo a um ideal e as possibilidades concretas de operar formas de atenção que o sustente. O que vêm produzindo esta lacuna? Quais os limites profissionais para que o processo de desinstitucionalização avance? Quais as possibilidades das agências formadoras virem a contribuir neste processo? Para tentarmos responder a estes questionamentos, completando o mapeamento desta lacuna produzida, utilizaremos a metodologia de pesquisa-intervenção instrumentada com a técnica de incidente crítico e grupos de discussão. Temos como população os profissionais da área psi, que estejam trabalhando em Centros de Atenção Psicossocial (CAPs) da região, uma vez que este é um dos principais dispositivos do processo de desmanicomialização proposto. Desta forma, pretende-se desdobrar questionamentos a fim de identificar as práticas clínicas operadas pelos profissionais da saúde mental da rede, bem como, analisar as concepções de clínica presentes entre eles. Alguns efeitos que o estudo pretende viabilizar é a formação profissional mais alinhada às demandas sociais da comunidade e às políticas públicas vigentes no paradigma da Reforma Psiquiátrica.